

O TRÁFICO DE ESCRAVOS PELA ROTA TRANSAARIANA E A EXPANSÃO RELIGIOSA ISLÂMICA NO NORTE DA ÁFRICA E GRANDE MAGREBE

TRANS-SAHARAN SLAVE TRADE AND ISLAMIC RELIGIOUS EXPANSION IN NORTH AFRICA AND THE GREATER MAGHREB

Carlos Alberto Borges da Silva

Universidade Estadual de Roraima (UERR)

Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recurso Hídricos (FEMARH)

RESUMO

No Brasil são raras as referências ao comércio de escravos conduzido por árabes-muçulmanos através da rota transaariana — um dos maiores e mais duradouros sistemas de tráfico de seres humanos da história, com estimativas que, embora contestadas e sujeitas a margens de erro amplas, situam-se na casa de vários milhões de pessoas ao longo de mais de mil anos. Originários majoritariamente da África subsaariana, cativos foram empregados como mão de obra agrícola, doméstica e militar, e, no caso das mulheres, como concubinas em haréns de uma vasta região que ia do Magrebe à Turquia, Índia e China. Com base em revisão bibliográfica, este artigo busca compreender como a escravidão praticada em sociedades árabe-muçulmanas se articulou, ao longo de distintos períodos e regiões, com a expansão do Islã, sem pretender reduzir esse fenômeno histórico complexo — que envolveu também fatores econômicos, políticos e redes comerciais pré-existentes — a uma única causa religiosa.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão — Rota Transaariana — Expansão Islâmica

ABSTRACT

References to the slave trade conducted by Arab-Muslim traders across the trans-Saharan route remain rare in Brazil, despite this being one of the largest and longest-lasting systems of human trafficking in history — with estimates, though contested and subject to wide margins of error, in the range of several million people over more than a millennium. Drawn mainly from sub-Saharan Africa, captives were employed as agricultural, domestic, and military labor, and, in the case of women, as concubines in harems across a vast region extending from the Maghreb to Turkey, India, and China. Based on a literature review, this article seeks to understand how slavery as practiced in Arab-Muslim societies articulated, across different periods and regions, with the expansion of Islam, without reducing this complex historical phenomenon — which also involved economic factors, political dynamics, and pre-existing trade networks — to a single religious cause.

KEY WORDS: Slavery — Trans-Saharan Route — Islamic Expansion

Introdução

A sujeição de seres humanos por meio da escravidão foi prática recorrente em sociedades amplamente distintas ao longo da história — africanas, árabes, europeias, persas, chinesas, e entre povos indígenas do México e dos Andes. Entre essas experiências, a escravidão praticada por árabes-muçulmanos ao longo da rota transaariana destaca-se pela longevidade — mais de mil anos, do século VII ao XIX — e pela escala envolvida. Chebel (2010) estima em cerca de 7,2 milhões o número de pessoas escravizadas por essa rota até o início do século XVII, cifra que teria chegado a 10,5 milhões até o final do século XIX; para a região do Magrebe, estima-se entre 2 e 3 milhões de indivíduos ao longo de mil anos de presença islâmica.

Esses números devem ser lidos com a cautela que a própria historiografia especializada recomenda. Estimativas de tráfico pré-moderno são notoriamente difíceis de estabelecer. Austen (2010) e Wright (2007) chegam a cifras da ordem de 6 a 9 milhões para todo o período, enquanto Lovejoy (2011) estima cerca de 6 milhões apenas entre 650 e 1500. A convergência é real, mas as margens de variação entre os autores mais cuidadosos chegam a milhões de pessoas — o que não invalida a magnitude do fenômeno, mas recomenda tratar qualquer cifra específica como estimativa, não como dado definitivo.

Quando se somam os cativos capturados fora da rota transaariana propriamente dita — europeus e cristãos-brancos levados da costa mediterrânea para o Magrebe, cerca de 1,25 milhão entre 1530 e 1780, segundo Davis (2007) —, o alcance geográfico e temporal do fenômeno se amplia ainda mais. Este artigo busca compreender a relação entre o comércio de escravos pela rota transaariana e a propagação da religião islâmica pelo norte da África e Grande Magrebe, sem afirmar uma relação de causa única: a expansão islâmica coincidiu, se sobrepôs e por vezes se serviu do tráfico de escravos, mas este último tinha também raízes econômicas e políticas anteriores e paralelas à islamização.

1. A Escravidão Antes do Islã e a Formação da Rota Transaariana

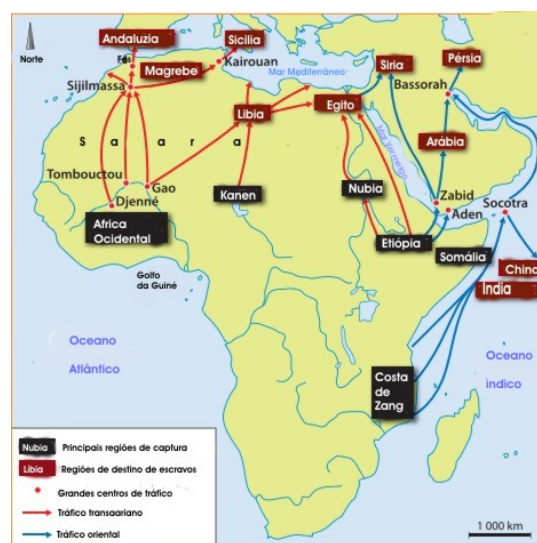
A escravidão na Península Arábica e no Norte da África antecede em muito o advento do Islã, no século VII. Sociedades pré-islâmicas na região já praticavam formas diversas de servidão e cativo, associadas a guerras tribais, dívidas e comércio de longa distância. O Islã nasceu, portanto, em um mundo onde a escravidão já era instituição social estabelecida, e a nova religião regulou, mais do que inventou, essa prática (LEWIS, 1992).

No ocidente europeu, a escravidão antiga havia perdido importância com o colapso do Império Romano. A escravidão em larga escala ressurgiria no Atlântico séculos depois, a partir de Elmina (1482), inaugurando a rota transatlântica. A rota transaariana, contudo, é consideravelmente anterior. Segundo Lovejoy (2011), entre 1400 e 1600, regiões ao sul do Saara, as margens do

Mar Vermelho e o leste africano foram palco de rotas de caravanas por onde se estima terem sido traficados cerca de 10 mil cativos por ano. Ativa desde o século VII até o XVII, essa rota teria movimentado cerca de 4,82 milhões de pessoas a partir da África Oriental, somados a outros 2,4 milhões levados através do Mar Vermelho entre os séculos IX e XVII — números que devem ser lidos como estimativas de ordem de grandeza.

A demanda por mão de obra escrava esteve associada a um sistema de produção amplamente baseado no trabalho cativo: escravos eram empregados em minas de sal e ouro, na produção de alimentos e goma arábica, na extração de marfim, na criação de animais e na construção. De 1770 ao final do século XIX, a introdução da cultura do cravo-da-índia em Zanzibar pelos árabes omani ampliou a demanda por escravos agrícolas (GORDON, 2009).

Mapa 1 — Regiões de captura e de destino de escravos



Fonte: elaborado pelo autor, baseado em Dorigny e Gainot (2006).

O mapa evidencia a concentração das zonas de captura na faixa saheliana e no Chifre da África, bem como a direção predominantemente norte e nordeste dos fluxos em direção aos mercados do Magrebe, Egito e Oriente Médio.

Uma diferença relevante em relação ao tráfico transatlântico merece registro: enquanto neste os escravos eram majoritariamente comprados junto a intermediários africanos na costa, no tráfico árabe-muçulmano era mais comum a incursão direta ao interior do continente para captura, incluindo jovens e crianças, submetidos a longos e penosos deslocamentos (LOVEJOY, 2011). Os que sobreviviam ao trajeto eram, com frequência, convertidos e incorporados à estrutura social islâmica — processo que, em regiões como Gana, Mali, Songhai, Kanem e Adal, ocorreu simultaneamente à expansão do islamismo, sem que se possa estabelecer com precisão, para cada caso, qual das duas dinâmicas foi determinante.

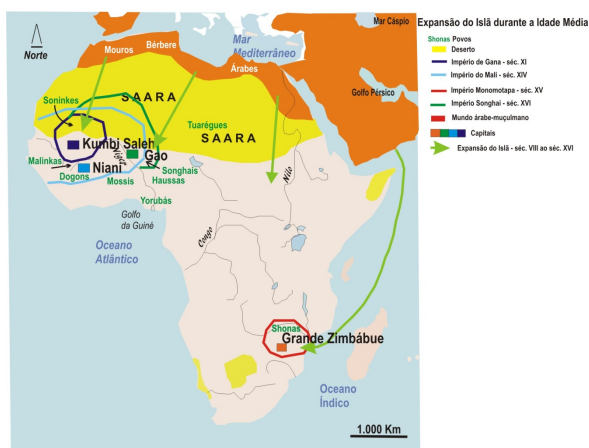
2. Rotas, Mercados e a Expansão do Islã

O sistema de captura e comercialização envolvia não apenas muçulmanos, mas mercadores de diferentes origens, incluindo comerciantes judeus, descritos já no século IX por Ibn-Khordadbeh como agentes políglotas que conectavam o Mediterrâneo ao Mar Vermelho, à Índia

e à China. Estudos sobre a diáspora africana através do Oceano Índico sugerem volumes totais elevados quando consideradas todas as rotas conectadas, embora essas cifras também sejam estimativas situadas no limite superior das faixas discutidas pela historiografia (JAYASURIYA; PANKHURST, 2003).

Chebel (2010) identifica cinco rotas principais: (1) a costa africana até Djibouti, alimentando os mercados do Egito e da Mesopotâmia; (2) o interior da Líbia, Chade e Fezzan em direção aos mercados mediterrâneos; (3) a bacia do Sudão Ocidental, Mali e Níger, com estoques em Tombouctou; (4) a conexão do Império Otomano com fornecedores de escravos brancos do Cáucaso e da Europa Oriental; e (5) o conjunto do Mediterrâneo. Essas rotas transportavam, além de pessoas, ouro, marfim, seda, sal e especiarias, formando uma rede comercial em que o tráfico de escravos era um componente entre vários.

Mapa 2 — A expansão do Islã durante a Idade Média



Fonte: baseado em Houot (2012).

O mapa permite observar a sobreposição parcial entre as zonas de islamização e os principais eixos de circulação de mercadorias e cativos.



Mapa 3 — A rota transaariana e suas conexões

Fonte: adaptado de Adu Boahen (1981) e de Renault e Dagel (1985).

O mapa destaca a interconexão entre a rota transaariana propriamente dita e os circuitos do Mar Vermelho e do Índico, evidenciando que o tráfico de escravos operava no interior de uma economia comercial mais ampla.

A expansão do Islã por essas regiões deveu-se a uma combinação de fatores que incluiu, mas não se reduziu a, guerras de conquista e captura de escravos. Levtzion e Pouwels (2000) observam que, na África Ocidental, os líderes de movimentos de islamização eram frequentemente de origem camponesa — o que sugere um processo de conversão também sustentado por proselitismo pastoral e agrícola cotidiano. Ainda assim, os conceitos de jihad e dar al-harb desempenharam papel relevante na propagação do Islã, inclusive, via tráfico transatlântico, em locais sem tradição islâmica prévia, como partes do Caribe e o Brasil, onde a presença de escravos muçulmanos culminou na Revolta dos Malês (1835).

3. Jihad, Direito Islâmico e Escravidão

A escravidão está presente em textos sagrados de diferentes tradições que antecedem o Islã. No Corão, o tema aparece em várias suratas que regulam — sem proibir de forma absoluta, mas também sem instituí-la como obrigação religiosa — o lugar do escravo e as responsabilidades do senhor. O Livro recomenda tratamento humanitário e faculta a possibilidade de alforria, ao mesmo tempo em que reconhece a instituição. O próprio Profeta Maomé e seus companheiros possuíram escravos; após sua morte, juristas islâmicos desenvolveram, ao longo de séculos, um corpo de interpretações que ora restringia, ora tolerava a prática (MARGOLIOUTH, 1905; LEWIS, 1992).

Essa ambivalência normativa não deve ser lida como contradição a ser resolvida em uma única direção, mas como característica de um corpo jurídico que se desenvolveu em contextos regionais muito distintos. A jurisprudência islâmica permitia a escravização de não muçulmanos capturados em jihad, mas também previa a manutenção da liberdade e dos bens de quem se convertesse ou pagasse o tributo (jizya), sob o estatuto de dhimmi. Há quem argumente que essas restrições formais eram frequentemente burladas na prática; embora essa leitura tenha respaldo em episódios documentados, tratá-la como regra universal e atemporal simplifica um quadro que variou consideravelmente por região e período.

A jihad funcionou como uma das fontes de suprimento de escravos — ao lado de tributos e da compra em mercados já estabelecidos —, mobilizada sob a justificativa da bipartição do mundo em dar al-islam e dar al-harb (LUGAN, 2009). Tratar essa bipartição como motor exclusivo do tráfico, contudo, deixaria de explicar por que a demanda por escravos continuou intensa mesmo em períodos de relativa estabilidade das fronteiras. Fatores econômicos (demanda por mão de obra), políticos (consolidação de califados e sultanatos) e comerciais (redes pré-existent) operaram em conjunto com o fator religioso, e não subordinados a ele em toda circunstância.

Um aspecto documentado e menos discutido na literatura de língua portuguesa é a prática, em determinadas regiões e períodos, de castração de cativos destinados a funções específicas, realizada majoritariamente fora das terras do Islã. A alta mortalidade associada a essa prática é registrada por múltiplas fontes. Interpretações que a elevam à categoria de “genocídio”, no entanto, têm sido objeto de controvérsia historiográfica e devem ser tratadas com cautela metodológica.

Em síntese, a legitimação religiosa da escravidão em terras islâmicas apoiou-se no Corão, na Sunnah e no ijthad. Essas fontes sustentaram, ao longo de séculos, distintas leituras — mais ou menos rigorosas — que variaram conforme a região, o período e a escola jurídica dominante.

4. A Abolição da Escravidão nas Terras do Islã

A ausência de separação nítida entre esfera religiosa e esfera laica em muitos estados islâmicos condicionou o processo de abolição a um caminho distinto do europeu. A aplicação da sharia ficava sob responsabilidade de juristas, e fatwas emitidas por conselhos de muftis tinham peso variável. Botte (2010) mostra que, na Tunísia, a abolição — pioneira no mundo islâmico, em 1846 — beneficiou-se de juristas dispostos a propor leituras mais modernas do Corão.

Fora desse tipo de arranjo, o caminho mais eficiente para a abolição efetiva foi, com frequência, a pressão diplomática internacional, intensificada no contexto da partilha colonial da África (Conferência de Berlim, 1885, e Ata de Berlim, 1890). A Arábia Saudita foi um dos últimos países a abolir formalmente a escravidão (1936, com extinção efetiva em 1962). Persistiram, mesmo após esse marco, redes residuais de captura em regiões da África Subsaariana — sinal de que a abolição jurídica formal não coincidiu, em todos os casos, com o fim efetivo da prática.

Considerações Finais

O tráfico de escravos pela rota transaariana constituiu um dos sistemas mais duradouros de escravização da história, sustentado por uma combinação de fatores religiosos, econômicos e políticos que operaram de modo distinto conforme a região e o período. O Islã, ao regular juridicamente uma instituição que já existia antes de seu surgimento, contribuiu para legitimá-la e para lhe dar continuidade em amplas regiões, sem que isso equivalha a dizer que a tenha inventado ou que sua expansão religiosa tenha sido, em toda circunstância, subordinada à busca por escravos.

A escassa atenção da historiografia brasileira a esse tema, em contraste com o volume de pesquisa dedicado ao tráfico transatlântico, tem explicações estruturais: documentação mais fragmentária e dispersa; peso demográfico da diáspora africana nas Américas; e tradição historiográfica consolidada em torno do Atlântico. Essas razões não tornam a lacuna menos digna de ser

preenchida, mas explicam sua origem de modo mais preciso do que a hipótese de silêncio deliberado.

O avanço da pesquisa brasileira sobre o tráfico transaariano depende, em boa medida, de maior diálogo com a historiografia acadêmica internacional mais recente e metodologicamente cautelosa (Austen, Wright, Lovejoy, Levzion e Pouwels, entre outros), e de menor dependência de obras de tom predominantemente denunciatório. Fica como agenda: o exame comparativo mais sistemático entre os diferentes sistemas escravistas e a investigação, com base em fontes primárias árabes, otomanas e africanas, dos mecanismos econômicos e políticos que sustentaram a demanda por escravos independentemente da dinâmica religiosa.

Referências Bibliográficas

- ADU BOAHEN, A. Topics in West African History. 2. ed. Harlow: Longman, 1986. O autor também editou o volume VII (Africa under Colonial Domination, 1880-1935) da coleção UNESCO General History of Africa, cuja publicação em oito volumes teve início em 1981.
- AUSTEN, Ralph A. Trans-Saharan Africa in World History. New York: Oxford University Press, 2010.
- BOTTE, Roger. Esclavages et Abolitions en Terres d’Islam. Paris: André Versaille Éditeur, 2010.
- CHEBEL, Malek. L’esclavage en terre d’islam: un tabou bien gardé. Paris: Fayard/Pluriel, 2010.
- DAVIS, Robert C. Esclaves Chrétiens, Maîtres Musulmans: l’esclavage blanc en Méditerranée (1500-1800). Paris: Babel, 2007.
- DORIGNY, Marcel; GAINOT, Bernard. Atlas des esclavages. Paris: Autrement, 2006.
- GORDON, Murray. L’Esclavage dans le monde arabe — VIIe-XXe siècle. Paris: Robert Laffont, 2009.
- HOUOT, Alain. Atlas Historique et Géographique. [S.l.: s.n.], 2012. Publicado originalmente em: <http://houot.alain.pagesperso-orange.fr/> (fora do ar); cartas preservadas em espelhos como cartolycee.net e herodote.net/carte.php. Acesso em: 22 ago. 2026.
- JAYASURIYA, Shihan de S.; PANKHURST, Richard (eds.). The African Diaspora in the Indian Ocean. Trenton: Africa World Press, 2003.
- LEVZION, Nehemia; POUELS, Randall L. (eds.). The History of Islam in Africa. Athens: Ohio University Press, 2000.
- LEWIS, Bernard. Race and Slavery in the Middle East: An Historical Enquiry. New York: Oxford University Press, 1992.
- LOVEJOY, Paul E. Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- LUGAN, Bernard. Histoire de l’Afrique: des origines à nos jours. Paris: Ellipses, 2009.
- MARGOLIOUTH, David Samuel. Mohammed and the Rise of Islam. New York: G. P. Putnam’s Sons, 1905.
- RENAULT, François; DAGET, Serge. Les traites négrières en Afrique. Paris: Karthala, 1985.
- WRIGHT, John. The Trans-Saharan Slave Trade. London/New York: Routledge, 2007.